

Lei Ordinária nº 2106/2024

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL PARA GESTÃO DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB INTITULADO " NOVO FUNDEB DE JARDIM/MS", COM BASE NA EMENDA CONSTITUCIONAL N° 108 DE 26/08/2020 E NA LEI 14.113/2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DRA. CLEDIANE ARECO MATZENBACHER, Prefeita Municipal de Jardim -Estado de Mato Grosso do Sul, FAZ

SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Publicada em 11 de março de 2024

Art. 1°

Esta Lei cria no âmbito do Município de Jardim/MS, o Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB, de natureza contábil, intitulado "Novo Fundeb de Jardim/MS", nos termos das alterações e inovações provocadas pela Emenda Constitucional n° 108, de 26 de agosto de 2020 e pela Lei Federal n° 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

Art. 2°

A gestão do "Novo Fundeb de Jardim/MS" compete a Secretaria Municipal de Educação, executado pelo responsável pela pasta, na qualidade de Gestor do Fundo.

Art. 3°

São atribuições do Gestor do Fundo:

- I Gerir o Fundo Municipal de Educação "Novo Fundeb de Jardim/MS", estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos e exercer o controle da execução orçamentário-financeira;
- II Acompanhar, avaliar e decidir sobre as ações previstas no Plano Municipal de Educação;
- III Manter os controles necessários à execução orçamentária dos recursos destinados ao Fundo Municipal de Educação "Novo Fundeb de Jardim/MS", referente a empenhos, liquidação, pagamento das despesas e recebimento das receitas;
- IV Prestar contas, no prazo legal, da aplicação dos recursos do Fundo;

- V Firmar convénios, contratos e parcerias referentes a recursos geridos pelo Fundo;
- VI Coordenar e controlar os convénios e contratos relacionados às ações e serviços realizados com recursos do Fundo;
- VII Gerenciar os bens patrimoniais adquiridos com recursos do Fundo;

VIII - Fornecer as informações necessárias ao acompanhamento e controle do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social (CACS), do Fundo dê Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), instituído pela Lei Municipal n° 2.015 de 30 de março de 2021.

Art. 4°

Fica o Gestor autorizado a abrir conta específica em Banco Oficial para crédito e movimentação dos recursos do Fundo exclusivamente de forma eletrónica, de forma que identifique a finalidade da despesa, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, devidamente identificados, sempre atendendo esta Lei e a Lei Federal n° 14.113/2020.

Capítulo II

DAS FONTES DE RECEITA DO FUNDO

Art. 5°

Fundo será constituído por 20% (vinte por cento) dos recursos a que se refere o artigo 3 da Lei nº 14.113/2020, distribuídos pelo Estado ao Munícipio, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial, matriculados nas respectivas redes, nos respectivos âmbitos de atuação prioritária estabelecidos nos §§ 2° e 3 do art. 211 da Constituição Federal de 1988.

Art. 6°

Os recursos do Fundo serão obrigatoriamente depositados em Banco Oficial, em conta bancária específica do Fundo Municipal de Educação.

Capítulo III

DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 7°

Serão atendidos, prioritariamente o ensino fundamental e a educação infantil.

Art. 8°

Nos termos do § 4 do art. 211 da Constituição Federal de 1988, o Município poderá celebrar colaborações para a transferência de alunos, recursos humanos, materiais e encargos financeiros, acompanhados da transferência imediata de recursos financeiros correspondentes ao número de matrículas assumido pelo ente federado.

Art. 9°

Os recursos recebidos e aplicados deverão ser registrados de forma detalhada a fim de evidenciar as respectivas receitas e despesas.

Art. 9°

Os recursos recebidos e aplicados deverão ser registrados de forma detalhada a fim de evidenciar as respectivas receitas e despesas.

Art. 10°

Pelo menos 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais do Fundo serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

Parágrafo único.

Para os fins do disposto no caput é considerado:

a)

REMUNERAÇÃO: Entende-se por remuneração o vencimento do cargo efetivo acrescido das vantagens pecuniárias permanentes ou temporárias previstas na legislação vigente, conforme disposição do Artigo 26, 1,da Lei Federal n° 14.113/2020;

b)

PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: Entende-se por profissional da Educação Básica o conjunto de profissionais que exercem atividades de docência ou suporte pedagógico direto a tais atividades, incluídas as de coordenação, orientação pedagógica, articulação, de direção escolar, os funcionários não docentes que ocupam cargos ou funções diretas ou correlatas ao processo ensino/aprendizagem, como o conjunto de profissionais de técnico administrativo educacional, apoio administrativo educacional I e II, que desempenham atividades nas unidades escolares e na administração central do Sistema Público Municipal de Educação Básica, conforme disposição do Artigo 26,II,da Lei Federal nº 14.113/2020;

c)

EXERCÍCIO: É o efetivo desempenho do cargo para o qual o Profissional da Educação Básica foi nomeado e empossado, conforme disposição do Artigo 26,III,da Lei Federal nº 14.113/2020.

Art. 11°

O acompanhamento e o controle social, a comprovação e fiscalização dos recursos a serem aplicados pelo Fundo serão exercidos pelo Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social (CACS), do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), instituído pela Lei Municipal nº 2.015 de 30 de março de 2021.

Art. 12°

O Município prestara contas dos recursos do Fundo conforme os procedimentos adotados pelo Tribunal de Contas do Estado, observada a regulamentação aplicável.

Parágrafo único.

As prestações de contas serão instruídas com parecer do conselho responsável.

Art. 13°

O descumprimento do disposto no art. 212 da Constituição e do disposto nesta Lei sujeitará o Município a intervenção do do Estado, nos termos do inciso II do art. 35,da Constituição da República.

Art. 14°

O Conselho do Fundo integrar-se-á ao Conselho Municipal de Educação, que formarão câmara especifica para o acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo.

Art. 15°

Ao Fundo se aplicam todas as normas a serem editadas pela União, Estado e Ministério da Educação no que se refere:

- I Ao censo escolar:
- II Critérios de distribuição de recursos;
- III Aplicação e fiscalização de recursos;
- IV- Demais normas tidas como obrigatórias, entre as quais, de acompanhamento e gerência dos fundos.

Art. 16°

A Secretaria Municipal de Educação fica responsável para gerir as contas especificas do Fundo, abertas e mantidas no CNPJ do órgão e movimentadas exclusivamente por meio eletrónico.

Art. 17°

OPoder Executivo está autorizado a regulamentar esta Lei através de Decreto, bem como autorizado a tomar as medidas orçamentárias e administrativas necessárias à efetiva e imediata execução orçamentária da presente Lei.

Art. 18°

Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal n°1.392 de 26 de março de 2008.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, 11 de março de 2024.

DRA. CLEDIANE ARECO MATZENBACHER

Prefeita de Jardim